

STF adota tom conciliador em meio à crise

MAIORIA DOS MINISTROS decide que Congresso Nacional pode reverter medidas cautelares impostas a parlamentares

DÉBORA ELY

Ao decidir que Congresso Nacional pode rever medidas cautelares impostas a parlamentares, o Supremo Tribunal Federal (STF) assinalou um papel conciliador em meio à crise institucional instaurada entre os poderes. O posicionamento da maioria dos ministros foi avaliado como uma tentativa de apaziguar o conflito estabelecido com o Senado após o afastamento de Aécio Neves (PSDB-MG). O custo, porém, está no questionamento da credibilidade da própria Corte.

O resultado da sessão traduziu o acordo que a presidente do Supremo, Cármen Lúcia, discutiu com o presidente do Senado, Eunício de Oliveira (PMDB-CE), nas últimas semanas. Na prática, buscou-se uma solução caseira para o impasse envolvendo as medidas impostas ao tucano pela Primeira Turma, em setembro.

Na semana passada, o Senado chegou a desafiar o Supremo ao marcar uma votação que poderia derrubar as cautelares contra Aécio, mas Cármen Lúcia propôs ressuscitar um processo para pacificar o tema – uma ação direta de inconstitucionalidade pedindo que medidas cautelares aplicadas a senadores e deputados fossem submetidas ao Congresso.

Para Gilson Dipp, ex-ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), o episódio representou um “remendo na Constituição”:

– Foi uma saída para evitar um aprofundamento da crise com o Senado devido ao caso concreto de Aécio. Decidiu-se abstratamente sobre o tema, mas com os olhos

voltados para o tucano. Julgou-se de forma escancarada o seu afastamento, não o princípio constitucional. Esse entendimento resolve temporariamente uma crise, mas mantém o conflito entre poderes. O Supremo Tribunal conciliou, mas perdeu a autoridade.

Com a reversão de entendimento selada, o Senado deve levar o caso de Aécio a plenário na próxima terça-feira. Entre os tucanos, a expectativa está na reversão das cautelares. Nesse caso, a negociação entre os poderes revela-se ainda mais clara, analisa o cientista político David Fleischer:

– Nessa tentativa de apaziguar os ânimos, o STF acabou revertendo suas próprias decisões anteriores – diz Fleischer, citando o afastamento do ex-deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ), determinado pelos ministros em maio do ano passado.

DESEMPATE NAS MÃOS DE CÁRMEN LÚCIA

Diante do placar empatado, coube a Cármen Lúcia o voto de minerva na sessão que terminou às 22h02min de quarta-feira. Inicialmente, a ministra aceitou a imposição de medidas cautelares contra parlamentares, mas definiu que, em caso de afastamento, a decisão deveria ser submetida ao Congresso. Foi considerado um posicionamento confuso.

Ao fim, o ministro Celso de Mello formulou o acórdão, esclarecendo que o Supremo deverá encaminhar medidas cautelares contra parlamentares para a análise do Legislativo.

O resultado final do julgamento ficou em seis votos a cinco.



Presidente do Supremo, Cármen Lúcia deu voto de minerva, encerrando julgamento de quarta-feira em seis a cinco

Especialistas criticam decisão tomada pela Corte

O professor de ética da **Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)** Roberto Romano classificou o posicionamento da presidente da Corte como uma “colcha de retalhos”.

– Não vi uma coerência lógica, política e jurídica no voto, mas um ato de esperteza política com resultado desastroso. A palavra certa é irenismo. Ontem (*quarta-feira*), a Corte deu mais um passo para cair no caldeirão da crise. Deixou de ser um poder neutro, tomando uma decisão política para preservar o mandato de Aécio – aponta Romano

Procuradora regional da República e professora na Fundação Getúlio Vargas (FGV), Silvana Batini reforça a análise:

– Por mais que se tente defender que a decisão ocorreu no abstrato, visivelmente foi ditada pelo momento e pelos interessados. Como pensar o contrário considerando o número de parlamentares que hoje estão envolvidos em questões criminais e serão afetados pelo novo entendimento? Foi um perigosíssimo retrocesso. O Judiciário tem a última palavra sobre a interpretação da lei, e a maneira como o Supremo decidiu descaracteriza

esse papel fundamental.

Ontem, quem se manifestou no Facebook foi o procurador da República Deltan Dallagnol, da Operação Lava-Jato. Ele declarou que os políticos, agora, têm uma “nova proteção”.

“Não surpreende que anos depois da Lava-Jato os parlamentares continuem praticando crimes: estão sob suprema proteção”, ironizou o procurador. “Parlamentares têm foro privilegiado, imunidades contra prisão e agora uma nova proteção: um escudo contra decisões do STF, dado pelo próprio STF”, postou.